

Demissões devem ser a última opção

Governantes terão, antes, de reduzir jornada de trabalho e salário de servidor

Rodrigo França Tavares

• BRASÍLIA. Antes de demitir servidores públicos estáveis para cumprir a Lei Camata, o Governo federal, os governos estaduais e as prefeituras terão de promover redução da jornada de trabalho do funcionalismo, com redução proporcional de salários. Sómente se a redução de despesas obtida com essa medida não for suficiente para que se cumpra a exigência de gastar no máximo 60% da receita líquida com as folhas de pessoal é que o governante poderá partir para a demissão por excesso de quadros.

Essa medida preliminar está prevista no projeto de lei complementar que o governo vai enviar ao Congresso prorrogando por dois anos o prazo para que os governadores de 17 estados que gastam mais de 60% da receita com pessoal promovam o ajuste. Pela Lei Camata, o prazo terminaria em dezembro, mas os governadores não têm como cumprí-lo. O projeto estabelece que no primeiro ano os governadores reduzam em dois terços o excesso de despesas com pessoal, e no segundo, o último um terço.

Enquanto não promoverem o ajuste, governadores e prefeitos ficam proibidos de reajustar salários de servidores e também não

podem contratar novos servidores (exceto para substituir aposentados nas áreas de saúde, educação e segurança) e nem criar novos cargos ou funções.

A lei estabelece ainda penalidades para os estados que não se ajustarem à Lei Camata nos prazos determinados: suspensão dos repasses federais voluntários (ficam mantidos os repasses constitucionais); proibição de concessão de garantia ou aval federal; e proibição para contratação de operações financeiras em instituições federais (a não ser empréstimos para fins de redução de despesas de pessoal). Os governadores não poderão nem criar despesas extras com tíquetes de alimentação ou planos de assistência à saúde.

Governo federal só poderá gastar 50% de sua receita

A partir da aprovação dessa lei complementar, o Governo federal só poderá gastar 50% de sua receita líquida com a folha de pessoal. Nesse esforço estão incluídos o Congresso e a Justiça Federal, incluindo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e todos os outros tribunais superiores. A União não terá problemas com esse dispositivo, porque gasta atualmente apenas 42% com pessoal.

Mas as assembléias legislativas e os tribunais de Justiça dos estados que gastam mais do que o permitido pela Lei Camata também terão de dar sua contribuição para o ajuste reduzindo despesas com pessoal. Segundo o Ministério da Administração, os dois poderes terão de reduzir despesas na mesma proporção da contribuição que deram para o excesso de gastos.

Para ter a prerrogativa de demitir servidores e reduzir jornada de trabalho e salários, os governadores terão de promover antes uma redução de pelo menos 20% dos cargos em comissão e funções de confiança e exonerar todos os servidores não estáveis.

E para que reduzam dois terços das despesas de pessoal já em 99, é necessário que o governo consiga aprovar o projeto alterando a Lei Camata até o fim do ano. O projeto diz que o ajuste começa no ano subsequente ao da aprovação da lei. Outro projeto em tramitação no Congresso, do senador Romero Jucá, prorroga o prazo para o ajuste estabelecido pela Lei Camata no máximo até dezembro de 99. Se o governo não conseguir aprovar o projeto este ano, é possível que tente negociar com parlamentares outro período de transição, de forma que o ajuste comece em 99. ■